

Comissão Coordenadora

Relato da reunião realizada em 14 de janeiro de 2021, pelas 10h30, via Plataforma Zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação do relato da reunião anterior;
3. Trabalhos em curso no Conselho Nacional de Educação;
4. Plano de atividades para 2022.

Para a reunião foram convocados os membros da Comissão Coordenadora, tendo estado presentes, para além da Presidente, Maria Emília Brederode Santos, o Secretário-Geral, Manuel Miguéns, a Conselheira Joana Brocardo e os Conselheiros, Bártolo Paiva Campos, David Rodrigues, Pedro Lourtie e Rui Canário.

A Presidente saudou os presentes, e deu as boas-vindas em especial ao conselheiro David Rodrigues, recentemente eleito coordenador da 4ª Comissão Especializada Permanente.

Iniciou a reunião informando que tem recebido inúmeras solicitações para entrevistas e que foi contactada pelo diretor executivo das comemorações dos 50 anos do 25 de abril e pela nova diretora das edições da Assembleia da República, para uma colaboração na área da educação para a cidadania. Nesse sentido, o CNE irá realizar um conjunto de audições a personalidades que têm trabalho e reflexão em torno desta temática, para conhecer o que está a ser feito e o que ainda falta fazer neste âmbito, sobretudo numa perspetiva de educação para a participação.

Os conselheiros concordam que a educação para a cidadania é uma temática muito importante e uma área que deveria alargar-se a toda uma vivência escolar e não estar limitada a uma disciplina do currículo. Salientaram, nomeadamente, que tem sido quase o único tema abordado na campanha eleitoral em curso, na área da educação, tendo sido sugerido que o CNE, terminadas as eleições, elaborasse uma Recomendação sobre este assunto.

A Presidente mencionou ainda os contactos estabelecidos com a Prof.^a Albertina Palma, nomeada recentemente provedora do estudante do Instituto Politécnico de Setúbal, realçando a importância da reflexão e análise em torno da participação ativa dos estudantes do ensino superior na vida das instituições, que tem sido muito baixa, e da partilha de experiências e projetos que incentivem e envolvam os estudantes para uma maior consciencialização dos seus direitos. Nesse sentido, pensava que seria interessante organizar um seminário, em conjunto, sobre a temática e, eventualmente, poderia pensar-se numa recomendação, no seguimento da que foi aprovada sobre A voz das crianças e dos jovens na educação escolar. Os conselheiros presentes partilharam o mesmo entendimento e concordaram com as propostas apresentadas.

Antes de referir os trabalhos em curso no Conselho, a Presidente colocou a votação a proposta de relato da reunião anterior. O conselheiro Pedro Lourtie mencionou que gostaria de ver referida uma sugestão que tinha feito de contacto com o senhor primeiro-ministro, dado que o tema dizia respeito a dois ministérios, o da Educação e o da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, para o desenvolvimento do trabalho na sequência da Recomendação sobre o acesso ao ensino superior e a articulação com o ensino secundário, e propôs-se enviar um parágrafo para ser introduzido no relato. A proposta foi

aprovada, com essa ressalva, mantendo-se o prazo de uma semana para envio de outras eventuais sugestões de alteração ou correção.

Quanto aos trabalhos em desenvolvimento no Conselho, a Senhora Presidente lembrou o facto de a assessoria ter visto a sua composição reduzida em 30%, o que atrasou, nomeadamente, a conclusão do relatório Estado da Educação 2020. O senhor Secretário-Geral, a pedido da Presidente, informou que os trabalhos do relatório tinham sido adiados também devido ao pedido da Assembleia da República de elaboração de um estudo sobre as desigualdades sociais e educativas agravadas pela pandemia da COVID-19, mas que esperava que o documento, na sua versão eletrónica, ficasse concluído proximamente. A versão impressa demoraria um pouco mais e, logo que possível, seria também enviada, via CTT, a todos(as) os(as) conselheiros(as).

A Presidente informou que estava prevista a realização de *webinars* sobre temas diversos e que tinha sido contactada pela Universidade Lusófona (UL) para a organização conjunta de uma conferência sobre o PISA, cujo programa tinha sido previamente enviado, e que gostaria de conhecer a opinião dos conselheiros sobre esta colaboração. Para além da realização conjunta desta iniciativa a UL tinha também solicitado, para o efeito, a cedência das instalações do Conselho.

Ouvidos os conselheiros, ficou decidido que o CNE poderia ceder o auditório, mas não deveria colaborar na realização da conferência.

Quanto ao plano de atividades do CNE para 2022, a Presidente referiu que gostaria de ouvir, nesta fase, os conselheiros sobre algumas atividades a desenvolver no âmbito das Comissões Especializadas Permanentes (CEP), tendo adiantado algumas ideias que, pensa, farão parte da agenda educativa de 2022: a questão da educação das crianças dos 0 aos 3 anos, a formação e valorização dos professores e a educação para a cidadania.

No caso da 1ª Comissão, a conselheira Joana Brocardo mencionou o acompanhamento da implementação das novas aprendizagens essenciais da matemática como uma atividade possível, embora tencionasse realizar uma reunião da Comissão para debater este assunto.

O conselheiro Pedro Lourtie, coordenador da 2ª CEP, referiu também que iria convocar uma reunião da Comissão ainda em janeiro, com o mesmo objetivo. Intenção que foi comunicada igualmente pelo conselheiro David Rodrigues, relativamente à 4ª Comissão.

Quanto à 3ª CEP, o conselheiro Rui Canário referiu a importância de colocar na agenda a questão da educação de adultos, o que ainda não foi conseguido, enquanto o conselheiro Bárto Paiva Campos apontou o acompanhamento do processo de implementação da descentralização para as autarquias de competências no domínio da Educação, como a atividade a prosseguir pela 5ª Comissão.

Na ausência do conselheiro João Cravinho, a Presidente lembrou que a 6ª Comissão e os relatores nomeados para o efeito irão continuar a desenvolver os trabalhos de preparação da recomendação sobre o Digital na Educação. Esta Comissão terá também na agenda o acompanhamento de um eventual protocolo a assinar, entre o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável e o Observatório de Ambiente, Território e Sociedade com vista à conceção, desenvolvimento e implementação do Projeto PORTAL EA/EDS Portugal – formação, divulgação, envolvimento.

Ficou acordado que os conselheiros enviariam os contributos para o plano de atividades na primeira semana de fevereiro.

A Presidente agradeceu a presença de todos e deu por terminados os trabalhos.